

TRT - SC

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DE SANTA CATARINA – 12ª REGIÃO

500 questões gabaritadas-
Praticando-
Técnico judiciário-
Área Administrativa



CÓD: SL-132AG-23
7908433240716

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	45
3. Legislação	61
4. Noções de Direito Constitucional	77
5. Noções de Direito Administrativo	97
6. Noções de Administração Pública	113
7. Noções de Direito do Trabalho	133
8. Noções de Direito Processual do Trabalho	153

(E) Ciente de sua função exclusiva na ortografia, a de unir as partes de certas palavras compostas ou derivadas por prefixação, a autora eliminou o traço-de-união, ou hífen, de todo o seu texto.

2. FCC - AJ TRT17/TRT 17/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes pessoais

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

[Vida literária]

Aqueles que fazem versos e já atingiram a idade madura costumam receber cartas de outros que também os fazem, mas estão na casa dos vinte. Parece que esse é um dos prêmios (muito discutíveis) de envelhecer: ser solicitado pelos mais novos a dar opiniões sobre os vagidos do talento. O moço apresenta-se confiante, às vezes entusiástico, sempre respeitoso; o "mestre" responde benévolo, paciente, minucioso, interessado em pormenores biográficos, ocultando sua vaidade sob um verniz de simpatia: "Escreva sempre, meu filho." A isto se chama vida literária.

Sendo a literatura fenômeno socializante por excelência, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção. E eu vos pergunto: pode a experiência do mais idoso servir à hesitação do jovem, dissolvê-la em certeza, encaminhá-la a rumo certo? Haverá utilidade nessa conversa de gerações?

É certo que cinco ou dez anos depois a receita do mais velho foi esquecida e o mestre com ela. Sucede também que após esse lapso de tempo o mestre seja, não esquecido, mas negado. Ataca-se o mestre, descobre-se que ele o não é. Noventa (que digo? cem por cento) de nossas admirações da adolescência resolvem-se em indiferença, vergonha ou desprezo. Na força do adulto, vingase o homem das debilidades do período de crescimento físico e intelectual, negando o que adorara. Os mestres de poesia não escapam a essa contingência, e ao escreverem uma "carta ao jovem poeta" deveriam meditar bem na escolha das palavras e no prazo de validade do sortilégio.

Mas o pessimismo da verificação não deve secar no homem de cinquenta o terno interesse pelo rapaz de vinte. O admirador juvenil é tão autêntico e honesto quanto o lapidador de vinte e cinco ou trinta. Cada idade tem sua moral e sua sensibilidade.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. *Passeios na ilha. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 113-114*)

Eu vos pergunto: pode a experiência do mais velho servir às hesitações do jovem, fazer o jovem superar essas hesitações, convencer o jovem a não mais render culto às hesitações?

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) fazê-lo – convencê-lo – lhes render culto
- (B) fazer-lhe – convencer-lhe – render culto às mesmas
- (C) fazê-lo – lhe convencer – render-lhes culto
- (D) o fazer – o convencer – a render culto
- (E) lhe fazer – lhe convencê-lo – lhe rendê-la culto

3. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes de tratamento

Fim de semana na fazenda

São fazendas do fim do século XIX, não mais. Seus donos ainda estão lá: já não se balançam, é verdade, nas cadeiras austríacas da varanda nem ouvem a partida desse bando de maritacas que se muda para o morro do outro lado da várzea.

Ou talvez ouçam, quem sabe. Mas estão hirtos dentro de suas molduras, nas paredes da sala. Assim, rígidos, pintados a óleo, eles parecem reprovar nossos uísques e nossas conversas. Mas eis que o amigo Mário Cabral toca um samba no velho piano de cauda, e creio que eles gostam, talvez achem uma interessante novidade musical vinda da capital do Império. Depois Mário ataca uma velha música francesa – "Solitude" – e creio bem que vi, ou senti, a senhora viscondessa suspirar de leve.

Ah, senhora viscondessa! Que solidão irremediável não sentiu dentro de vossas grossas molduras douradas. Olhais para a frente, dura, firme. Lá fora as mangueiras e jabuticabeiras estão floridas, na pompa da manhã. Um beija-flor corta o retângulo da janela no seu voo elétrico e se imobiliza no ar, zunindo. Onde está o senhor visconde?

Ele está em outra parede, também duro, de uniforme e espada. Não olha a esposa. Os dois não se olham. Alguma intriga? Não. Apenas eles estão cansados de estar casados, cansados de estar mortos, cansados de estar pintados, cansados de estar emoldurados e pendurados – e tão cansados e enfadados que há mais de sessenta anos não chupam uma só jabuticaba, sequer uma.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. *Os sabiás da crônica. Antologia. Org. Augusto Massi. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 80*)

6. FCC - TJ TRT9/TRT 9/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Raquel começou a escrever em seu caderno os números inteiros e positivos, 1, 2, 3, ..., e parou quando escreveu o milésimo algarismo.

Os três últimos algarismos que Raquel escreveu foram:

- (A) 6, 9, 3.
- (B) 3, 6, 8.
- (C) 3, 7, 1.
- (D) 7, 0, 3.
- (E) 9, 3, 7.

7. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um prédio possui vários andares, e em cada andar há a mesma quantidade de apartamentos. Se houver k apartamentos por andar, então os apartamentos do 1o andar são numerados de 1 a k , os apartamentos do 2o andar são numerados de $k + 1$ a $2k$ e assim por diante. Se Maria mora no apartamento 18 que está no 3o andar e Bruno mora no apartamento 50 do 7o andar, o número de apartamentos por andar é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 5.

8. FCC - FRE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Atenção: A questão refere-se a Raciocínio Lógico- Matemático.

No comitê eleitoral de uma candidata a senadora, foi colocada uma tela em que são reproduzidas, de maneira contínua e sempre na mesma ordem, cinco produções feitas para divulgar a sua campanha. Uma vez iniciada a reprodução, as pessoas podem acompanhar:

1º) um vídeo biográfico da candidata, com as principais realizações de sua trajetória política, com 4 minutos de duração;

2º) um compacto com os melhores momentos da candidata durante sua participação em um debate, com 3 minutos de duração;

3º) uma entrevista concedida pela candidata a um canal de televisão local, com 5 minutos de duração;

4º) um resumo do seu plano de atuação no Senado caso seja eleita, com 4 minutos de duração;

5º) um clipe com a música da campanha da candidata, com 2 minutos de duração.

Ao terminar uma série com as cinco produções, imediatamente inicia-se outra. Após 697 minutos de reprodução, sem qualquer interrupção, a tela estará exibindo

- (A) o vídeo biográfico da candidata.
- (B) o compacto com os melhores momentos do debate.
- (C) a entrevista concedida pela candidata.
- (D) o resumo do seu plano de atuação no Senado.
- (E) o clipe com a música da campanha da candidata.

9. FCC - TJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Ana, André e Abel são trigêmeos e têm um irmão 5 anos mais novo. Das alternativas a seguir, a única que poderia ser a soma das idades dos 4 irmãos é

- (A) 26
- (B) 18
- (C) 22
- (D) 27
- (E) 24

10. FCC - TJ TRT17/TRT 17/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

A diferença entre o menor número de 6 algarismos e o maior número de 4 algarismos é

- (A) 190001
- (B) 90000
- (C) 9001
- (D) 90001
- (E) 109001

(C) readaptação, com participação compulsória em programas de formação ou cursos de capacitação que o habilitem a desempenhar atribuições de maior complexidade.

(D) reversão em extranumerário, podendo optar pela aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

(E) redistribuição, ficando o servidor autorizado a desempenhar as atribuições do cargo de origem em outra lotação, sem acréscimo da remuneração original.

6. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

O ato de provimento de determinado candidato aprovado no concurso público foi publicado em 4/4/2022. O candidato foi nomeado. Houve inspeção médica oficial e o candidato foi julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. A posse ocorreu mediante procuração específica em 20/4/2022. O servidor empossado entrou em exercício em 25/4/2002. No ato da entrada em exercício, o servidor apresentou declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

(A) não há previsão legal para posse mediante procuração específica.

(B) o prazo legal para a posse não foi respeitado.

(C) o prazo legal para a entrada em exercício não foi respeitado.

(D) não há previsão legal de posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

(E) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública deveria ter sido feita no ato da posse.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Considere os seguintes itens:

- I. Assinatura do respectivo termo.
- II. Publicação do ato de provimento.
- III. Provimento de cargo por nomeação.
- IV. Prévia inspeção médica oficial.
- V. Procuração específica.

Consoante o disposto na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é condição para a ocorrência da posse, em qualquer caso, o contido em

(A) I, II E IV, apenas.

(B) III, IV E V, apenas.

(C) I, II, III, IV E V.

(D) I, II, III E IV, apenas.

(E) I, II E V, apenas.

8. FCC - TJ TRT19/TRT 19/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990)

Débora, servidora pública federal, atuava como enfermeira na rede pública, quando foi aposentada por invalidez, em decorrência de problemas de saúde em sua coluna e olhos que a incapacitavam para o trabalho. Tempos depois, Débora se submeteu a uma nova perícia, na qual a junta médica oficial constatou que ela "no momento não é portadora de limitação funcional", "apresentando excelente saúde física e mental" e, ainda, "que está apta ao exercício de sua profissão". Nesse caso, poderá ocorrer a

(A) readaptação da servidora.

(B) reversão da aposentadoria.

(C) promoção na carreira.

(D) reintegração ao serviço.

(E) recondução ao cargo.

9. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

O setor de Recursos Humanos de uma Secretaria Municipal de Educação constatou que determinado professor havia apresentado diploma falsificado para a investidura em seu cargo público, ocorrida há 8 anos. Em razão dessa situação, a Administração Pública deverá

(A) promover a cassação do ato de posse do servidor, visto que ele deu causa à situação de irregularidade em sua investidura.

(B) promover a anulação do ato de posse do servidor e de todos os atos que ele tenha praticado desde a sua investidura.

(C) promover a anulação do ato de posse do servidor, mantendo-se os atos que ele praticou que não tenham outros vícios, em prestígio ao princípio da proteção à confiança.

proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de: FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". *Novos Estudos Jurídicos*, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4º.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4º.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5º.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5º.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considere os seguintes itens:

- I.a soberania.
- II.a plenitude de defesa.
- III.o pluralismo político.
- IV.a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

7. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

- (A) Liberdade de expressão.
- (B) Pluralismo político.

- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Liberdade de associação.
- (E) Livre iniciativa.

8. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022
Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no plano das relações internacionais, a República Federativa do Brasil

- (A) buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (B) defenderá a ação bélica para solução dos conflitos quando determinada por organismo internacional do qual reconhece a jurisdição.
- (C) defenderá a intervenção em outros países para garantir a prevalência dos valores da civilização ocidental judaico-cristã.
- (D) tratará as relações com Estados considerados desenvolvidos de maneira privilegiada.
- (E) não concederá asilo político a cidadãos originários de Estados com os quais não mantém relação diplomática.

9. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I.pluralismo político.
- II.repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- III.erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- IV.independência nacional.
- V.concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e IV.

5. FCC - ACE (TCE-GO)/TCE GO/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da

- (A) moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.
- (B) eficiência não encontra expresso amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.
- (C) impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.
- (D) publicidade foi alçado à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.
- (E) legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.

6. FCC - AJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, propiciando-lhes, assim, a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Essa definição refere-se ao princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) legalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) eficiência.

7. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Considere a seguinte situação hipotética: O Prefeito de determinado Município e candidato à reeleição permitiu, durante o último mês do período de campanha eleitoral, que fossem publicadas algumas notícias de obras públicas

realizadas na sua gestão no sítio eletrônico da Prefeitura, com menção expressa ao seu nome. A situação narrada constitui violação ao princípio da

- (A) proporcionalidade.
- (B) eficiência.
- (C) publicidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) motivação.

8. FCC - TJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Quanto ao princípio da legalidade, a

- (A) administração pública pode tudo que não lhe seja vedado por lei.
- (B) administração privada somente pode o que lhe é determinado pela lei.
- (C) norma é inválida até que decisão judicial a confirme.
- (D) administração pública somente pode o que lhe é ordenado pela lei.
- (E) norma só é válida se confirmada por decisão judicial ou nova norma que reitere sua legalidade.

9. FCC - ANA (DETRAN AP)/DETRAN AP/GESTÃO EM TRÂNSITO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

São dois princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

- (A) Legalidade e razoabilidade.
- (B) Razoabilidade e impessoalidade.
- (C) Moralidade e motivação.
- (D) Motivação e legalidade.
- (E) Impessoalidade e moralidade.

10. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a obrigação de a Administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios respeitar o princípio da

- (A) autotutela.
- (B) hierarquia.

3. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas.

Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo

(A) apresenta-se como uma dessas formas, sendo pautado pela comunicação, formal ou informal, entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas.

(B) configura uma falha de coordenação presente quando o administrador não exerce a função que lhe foi atribuída, propiciando comunicação informal entre os administrados e acomodações indesejáveis nos processos produtivos.

(C) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, ligando-se à subsequente função de controle e sendo utilizado para fins de ações corretivas dos processos de trabalho.

(D) constitui uma técnica de coordenação de caráter restrito, cuja aplicação é adequada apenas a organizações mecanicistas, com processos de trabalho e produção pouco complexos.

(E) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, constituindo uma ferramenta de organização e planejamento comumente utilizada pelos administradores para propiciar o entrosamento da equipe.

4. FCC - AGA (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

No curso da evolução histórica da abordagem relativa às funções do administrador emerge, com os estudos de Koontz e O'Donnell, a importância da atividade de coordenação, a qual apresenta, como um de seus mecanismos,

(A) o denominado ajuste espontâneo, que se opera a partir de comunicações entre os que são responsáveis por determinadas atividades, sem envolver, necessariamente, subordinação.

(B) a cadeia escalar, que representa a padronização de atividades a partir do cumprimento de etapas estabelecidas de forma concatenada.

(C) a autoridade de linha, que não envolve o cumprimento de ordens emitidas por superiores hierárquicos, mas apenas ajustes em relação ao que foi previamente estabelecido na etapa de planejamento.

(D) a denominada função de staff, que se opera com a centralização de ordens e medidas repressivas, próprias da atividade de coordenação.

(E) o efeito de Pareto, que gera uma ressonância em toda a organização, a partir de medidas centralizadas de coordenação, evitando redundâncias.

5. FCC - APOG (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação é uma das atividades próprias do administrador no âmbito da estrutura organizacional. Nesse contexto, o fenômeno denominado "ajuste espontâneo"

(A) está presente apenas em organizações pouco estruturadas, pois, dado o seu caráter informal e empírico, substitui as etapas de direção e comunicação existentes nas organizações formais.

(B) é próprio da atividade de controle e não propriamente de coordenação, sendo utilizado para realinhar a atuação dos membros da organização aos objetivos estratégicos desta.

(C) é apontado pela literatura como um desvio na função de coordenação, na medida em que afasta a comunicação e a direção.

(D) se dá pela comunicação formal ou informal, entre os que são responsáveis pelas atividades na organização, situando-se no âmbito da contribuição voluntária entre eles.

(E) consiste na função de comando exercida pelo gestor sobre todos aqueles que lhe são subordinados, por meio de comandos diretos aos quais estes devem se ajustar obrigatoriamente.

- (D) asserção empresarial negativa.
- (E) continuidade da relação de emprego.

5. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

Sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores é

- (A) garantido seguro-desemprego ao trabalhador, em qualquer hipótese, desde que respeitados os períodos de carência.
- (B) direito do trabalhador o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (C) garantida a licença-paternidade, nos termos da lei, com duração mínima de trinta dias.
- (D) direito da trabalhadora a licença-maternidade de 180 dias, podendo retornar ao trabalho após pelo menos 120 dias, desde que indenizada pelo período restante.
- (E) garantida a irredutibilidade de salário, salvo motivos de caso fortuito ou força maior, referendados pelo sindicato da categoria ou pelo Judiciário.

6. FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.
- (C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.
- (D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

7. FCC - AJ TRT24/TRT 24/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2017

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

A doutrina considera como uma das inovações marcantes da Constituição Federal do Brasil de 1988 em relação às anteriores a previsão no seu artigo 7º de um rol de direitos dos trabalhadores que visam à melhoria de sua condição social, dentre os quais:

- (A) prazo prescricional trintenário para reclamação de FGTS; seguro-desemprego para situações gerais de desemprego.
- (B) prevalência do negociado sobre o legislado; piso salarial desvinculado da extensão e da complexidade do trabalho.
- (C) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; proteção em face da automação, na forma da lei.
- (D) liberdade sindical mitigada; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, como excluído da indenização a que este estaria obrigado, quando incorresse em dolo ou culpa.
- (E) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso desde que sindicalizado; possibilidade de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

8. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Fontes do Direito Individual do Trabalho

O tema relativo às fontes no Direito do Trabalho possui um enfoque especial por comportar um relevante elemento diferenciador desse segmento jurídico especializado perante os demais ramos existentes. Nesta seara, a Doutrina considera fontes formais autônomas

- (A) a Constituição Federal, as leis federais e as medidas provisórias.
- (B) os tratados e convenções internacionais após ratificação e adesão internas e os regulamentos normativos.
- (C) as convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalhos e o contrato coletivo de trabalho.
- (D) as portarias, as instruções normativas e as circulares do Ministério do Trabalho.
- (E) os usos e costumes, o laudo arbitral no contexto do Direito Coletivo do Trabalho e a sentença normativa.

tinada aos advogados com mais de **..II..** anos de efetiva atividade profissional, e que tenha mais de **...III...** anos e menos de **..IV..** anos de idade.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas **I, II, III e IV** devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) 27 – 10 – 35 – 70
- (B) 11 – 10 – 35 – 65
- (C) 17 – 15 – 30 – 70
- (D) 27 – 15 – 35 – 65
- (E) 17 – 20 – 30 – 75

5. FCC - AJ TRT14/TRT 14/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

A Dra. Raquel é Juíza do Trabalho substituta no TRT, sendo que para seu ingresso na carreira, ela submeteu-se a concurso público de provas e títulos, sendo exigido que tivesse diploma de bacharel em direito e, no mínimo, **I** anos de atividade jurídica. Sua promoção para Juíza se fará alternadamente por antiguidade e merecimento, sendo que ela terá direito à promoção obrigatória se figurar por **II** vezes consecutivas ou **III** alternadas em lista de merecimento.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas **I, II e III** devem ser preenchidas, **correta** e respectivamente, por

- (A) dois – três – cinco
- (B) cinco – três – dois
- (C) dois – cinco – três
- (D) três – três – cinco
- (E) três – dois – dois

6. FCC - AJ TRT5/TRT 5/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

Os Tribunais Regionais do Trabalho são tribunais especializados em questões de direito do trabalho. Estes estão distribuídos em regiões numeradas, totalizando

- (A) 24 tribunais.
- (B) 27 tribunais.
- (C) 28 tribunais.
- (D) 21 tribunais.
- (E) 29 tribunais.

7. FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

Conforme previsões legais sobre a organização, jurisdição, competência das Varas do Trabalho e os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho,

(A) como regra geral, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.

(B) cada Vara do Trabalho será composta por um juiz do trabalho, que será seu Presidente, e dois juizes classistas, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.

(C) não compete à Vara do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

(D) nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho, haverá um distribuidor, designado pelo juiz mais antigo do Fórum, exclusivamente dentre o quadro de oficiais de justiça do Tribunal Regional.

(E) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juizes de direito, cabendo recurso de suas decisões para o respectivo Tribunal de Justiça.

8. FCC - PROC (PGE AP)/PGE AP/2018

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

Conforme previsão constitucional sobre competência e organização da Justiça do Trabalho,

(A) o Tribunal Superior do Trabalho é composto de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 70 anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

(B) em cada Estado e no Distrito Federal haverá ao menos um Tribunal Regional do Trabalho, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, abrangendo todas as comarcas, extinguindo-se a atribuição residual de jurisdição trabalhista aos juizes de direito.

(C) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

44. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022
Assunto: Direito Processual do Trabalho - Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas (arts. 994 a 1008 do NCP)

Considere.

– A empresa Massas Alvorada Ltda. está em processo de recuperação judicial.

– O Condomínio Edifício Lagoa Azul é residencial e o valor do condomínio arrecadado mensalmente tem a finalidade de ratear despesas ordinárias e extraordinárias dos empregados e das áreas comuns do condomínio.

– Mário é um microempreendedor individual, produzindo camisetas.

Todos possuem reclamações trabalhistas e pretendem ingressar com recurso ordinário contra as sentenças em que foram sucumbentes. Quanto ao depósito recursal, será reduzido pela metade para

- (A) o Condomínio Edifício Lagoa Azul e Mário, apenas.
- (B) todos.
- (C) Massas Alvorada Ltda e o Condomínio Edifício Lagoa Azul, apenas.
- (D) Massas Alvorada Ltda e Mário, apenas.
- (E) o Condomínio Edifício Lagoa Azul, apenas.

45. FCC - AJ TRT17/TRT 17/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas (arts. 994 a 1008 do NCP)

Considere as proposições abaixo.

I. Anaconda é empregadora doméstica.

II. Verdes Mares é uma entidade sem fins lucrativos.

III. Fábrica de Chocolates Cacau Maravilha está em recuperação judicial.

IV. Companhia do Sossego é uma entidade filantrópica.

V. Horizonte Azul é uma empresa de pequeno porte.

As cinco pessoas acima citadas foram condenadas em processos perante a Justiça do Trabalho e todas pretendem recorrer ordinariamente das sentenças que lhes foram desfavoráveis. Nesses termos, com base no que prevê a CLT,

(A) **II** e **III** estão isentas do depósito recursal e **I**, **IV** e **V** devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual só pode ser substituído por seguro-fiança em benefício de **IV** e **V**.

(B) **III** e **IV** estão isentas do depósito recursal e **I**, **II** e **V** devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual pode ser substituído por seguro-fiança.

(C) **III** e **IV** estão isentas do depósito recursal e **I**, **II** e **V** devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual não pode ser substituído por seguro-fiança, que só beneficia a quem deve depositar integralmente o depósito recursal.

(D) **I**, **II** e **IV** estão isentas do depósito recursal e **III** e **V** devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual pode ser substituído por seguro-fiança.

(E) **II**, **IV** e **V** estão isentas do depósito recursal e **I** e **III** devem depositar apenas 50% do mesmo, o qual não pode ser substituído por seguro-fiança, que só beneficia a quem deve depositar integralmente o depósito recursal.

46. FCC - AJ TRT5/TRT 5/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas (arts. 994 a 1008 do NCP)

A Construtora Equilibrium encontra-se em recuperação judicial, e teve contra si uma sentença desfavorável da Justiça do Trabalho, de uma reclamação trabalhista promovida pelo seu empregado Platão. Pretendendo recorrer desta decisão, conforme a CLT, a Construtora poderá interpor recurso ordinário no prazo de

- (A) 8 dias, devendo recolher o depósito recursal integral, podendo substituí-lo por seguro garantia judicial.
- (B) 10 dias, devendo recolher o depósito recursal pela metade, podendo substituí-lo por seguro garantia judicial.
- (C) 8 dias, devendo recolher o depósito recursal pela metade, não podendo substituí-lo por seguro garantia judicial.
- (D) 10 dias, estando isenta de recolher o depósito recursal, por se tratar de empresa em recuperação judicial.
- (E) 8 dias, estando isenta de recolher o depósito recursal, por se tratar de empresa em recuperação judicial.

47. FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas (arts. 994 a 1008 do NCP)

No tocante ao Recurso de Revista, considere:

I. O Tribunal Superior do Trabalho examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.